



CAPÍTULO 9

GEODIVERSIDADE E TERRITORIALIDADE NA ATIVIDADE PESQUEIRA DA ILHA DE COTIJUBA–BELÉM, PARÁ

Caua Oliveira Lima
Camila Pinheiro da Conceição
Gabriel dos Santos Monteiro
Mairla Cristiane Silva
Maria Tereza Rodrigues Paes
Odair José Oliveira dos Santos
Rita Denize de Oliveira

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de dois conceitos chaves: a geodiversidade e territorialidade na Ilha de Cotijuba, Pará, considerada desde 1990 uma Área de Proteção Ambiental (APA). A territorialidade repercute na importância da pesca artesanal na economia das regiões insulares na Amazônia e a geodiversidade além de permitir o fortalecimento da relação homem e natureza, as características fluvio-estuarinas da ilha fortalecem a atividade turística para ilha rica em áreas de praias, várzeas e manguezais e a operacionalidade dessas territorialidades. A geologia e a geomorfologia do local são constituídas de terrenos do Terciário e Quaternário, resultando-se em praias com baixa entrada de cunha salina dão origem a verdadeiros patrimônios naturais. A pesquisa teve por objetivo relacionar os ambientes fluvio-estuarinos à territorialidade na atividade pesqueira na Ilha de Cotijuba. A metodologia constou de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, geoprocessamento para mapeamento e registros fotográficos das paisagens. A geodiversidade da ilha está representada por meio de praias (Praia da saudade, Farol e Vai Quem Quer), a baía do Guajará, áreas de várzeas e os igarapés. São ambientes utilizados para pesca que permitem técnicas específicas desde uso de linha até instalação de currais, ou mesmo a pesca de camarão, capturados por instrumento como “matapi”. Nota-se apropriação desses espaços pela população tradicional sem necessariamente propriedade privada da terra, observou-se também, conflitos vividos entre os pescadores por territórios onde realizam a pesca e a venda dos peixes e mariscos.

PALAVRAS-CHAVE: Geodiversidade. Territorialidade. Pesca. Cotijuba-PA.

1. INTRODUÇÃO

A territorialidade pode ser definida como um lugar (zona, região ou localidade) que serve de campo de ação de um indivíduo, grupo e/ou jurisdição territorial de um Estado. Tal comportamento permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos se identifique com o espaço criando uma identidade com este, sendo fundamental para o controle dele, seja através de uma ideia ou de um espaço físico propriamente dito. Relacionando a territorialidade com a pesca verificou-se que a pesca é a principal atividade praticada pelas comunidades ribeirinhas que habitam as margens dos rios da Amazônia paraense (SILVA, 2006; 2008; SILVA *et al.*, 2011). Como principal fonte de extração dos recursos pesqueiros, a pesca artesanal também é responsável pela obtenção de renda e alimentos das comunidades que ocupam as margens dos rios. Naturalmente, para que o pescado seja capturado, se faz necessário a utilização de técnicas, tecnologias, apetrechos e embarcações para facilitar a atividade. Assim, este trabalho objetiva



mostrar como a territorialidade se processa nas zonas, regiões ou áreas em que atuam os atores da pesca. Para analisar o desenvolvimento do processo de territorialidade nos espaços da atividade pesqueira, busca-se perceber um conjunto de fatores que influenciam de forma direta na formação da territorialidade humana tais como: hábitos, costumes, técnicas, tecnologias e modo de viver dos atores que atuam nestes espaços geográficos.

2. MATERIAS E MÉTODOS

Quanto a metodologia da pesquisa foi realizada inicialmente o levantamento do referencial teórico sobre caracterização do meio físico da área de estudo, coadunando com conceitos de geodiversidade e patrimônio natural (SCIFONI, 2008; CPRM; 2013;) e ao conceito de territorialidade na atividade da pesca tradicional. Posteriormente, realizou-se trabalho de campo em que foram aplicados questionários e coletas de relatos dos pescadores, além disso, procedeu coleta de pontos por meio de GPS (Global Positioning System), acompanhado de registro fotográficos e, complementado por análise de imagens de satélite LANDSAT 5 a partir dos usos dos softwares Google Earth e Qgis versão 3.10.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ilha de Cotijuba corresponde a uma das 39 ilhas que pertencem a Belém, sendo a terceira maior ilha, localiza-se a 1° 14' 51,44" sul e 48° 32' 47,14" oeste entre o arquipélago do Marajó e as ilhas de Jutuba e Paquetá. É uma área com proposta de torna-se área de preservação permanente subsiste economicamente do turismo possui apenas 8 mil habitantes, porém, atividades tradicionais como pesca e agricultura de subsistência da farinha e hortaliças persistem. As praias do vai quem quer e saudade são importantes atrativos turísticos e compõem na região amazônica verdadeiros patrimônios naturais, uma vez que o acesso a ilha se dar apenas por meio fluvial. Do ponto de vista histórico e cultural, o Educandário Nogueira de Faria e seu entorno é um dos principais responsáveis pelas transformações que a ilha vem sofrendo desde a construção da Colônia Reformatória na década de 30 (Figura 01 e 02).

A ilha possui problemas na infraestrutura que dificulta o acesso à comunidade. Não há um agente público responsável na ilha, pois é subordinada politicamente ao Distrito de Icoaraci, o que burocratiza grande parte dos serviços. O trapiche do terminal hidroviário não possui acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) nos portos e em pontos turísticos. Foi observado que ainda animais são utilizados como tração para transporte de cargas e pessoas, apesar da utilização das chamadas moto-charretes por alguns trabalhadores.



Figura 1: Imagem do antigo Educandário Nogueira de Faria, conhecido popularmente por “Presídio de Cotijuba”.



Fonte: Aatoria própria (2022).

Figura 2: Mapa de localização e percurso do trabalho de campo com marcação de vários pontos.



Fonte: Aatoria própria (2022).

O entrevistado A, 62 anos, pescador artesanal, reside no arquipélago desde seu nascimento, presenciou o leva e traz de presos para o antigo presídio de Cotijuba, hoje desativado e em ruínas, segundo ele, só de observar o modo de como os presos eram tratados, na época em que o presídio funcionava, já servia para que a comunidade se portasse de forma a evitar fazer qualquer tipo de delito. Disse ainda, que aquilo que presenciava durante o



funcionamento do antigo presídio, afetava diretamente a comunidade local, por meio do medo de passar pelas mesmas humilhações e privações em que os presos passavam. Nunca trabalhou de carteira assinada e, sustentou por muitos anos sua família como barqueiro, transportando pessoas para a ilha. Atualmente trabalha na pesca artesanal e na venda dos peixes que captura. Dedicou-se à pescaria devido ser esta a atividade de maior lucratividade, segundo ele. Citou a precarização da estrutura educacional familiar e a falta de incentivo dos pais, que preferiam que ele os ajudasse no sustento da família. Assim, o ex-barqueiro preferiu seguir a profissão do pai pescador. Falou que, após horas dedicando-se à pesca, ele tem que passar (vender) seu pescado numa feira, próxima ao terminal hidroviário e a Unidade Municipal de Saúde da ilha.

De acordo com as informações do entrevistadas estruturas da feira foram construídas pelos trabalhadores que residem e trabalham na ilha, por não haver no local um mercado municipal onde ele e outros comerciantes possam vender seus produtos como: hortaliças, peixes, camarão, animais dos quintais da ilha (galinhas, patos, porcos) e carne bovina trazida de criadouros das comunidades próximas a ilha. Cita como peixe mais vendido pelos pescadores artesanais, o *Brachyplatystoma flavicans*, conhecido popularmente por Dourada e, que não é encontrada facilmente nos rios próximos da ilha, fator que faz com que aumente o valor comercial deste tipo de peixe.

Figura 3: Registro de um box próximo ao porto, com destaque na venda de peixes das espécies dourada e pescada.



Fonte: Aatoria própria (2022).

Tendo outra visão de importância da economia pesqueira, o entrevistado B, 71 anos, ex-pescador. Segundo ele, começou no labor do trabalho aos 12 anos de idade, devido à falta de incentivo da família para estudar e buscar coisas melhores. Morando há 33 anos Na ilha, trouxe a esposa e filhos com a expectativa de melhorar a situação educacional dos filhos e financeira da família. Segundo ele, a decisão de mudar para Cotijuba foi tomada, após seus filhos crescerem e não conseguirem uma estrutura educacional adequada na localidade onde viviam.

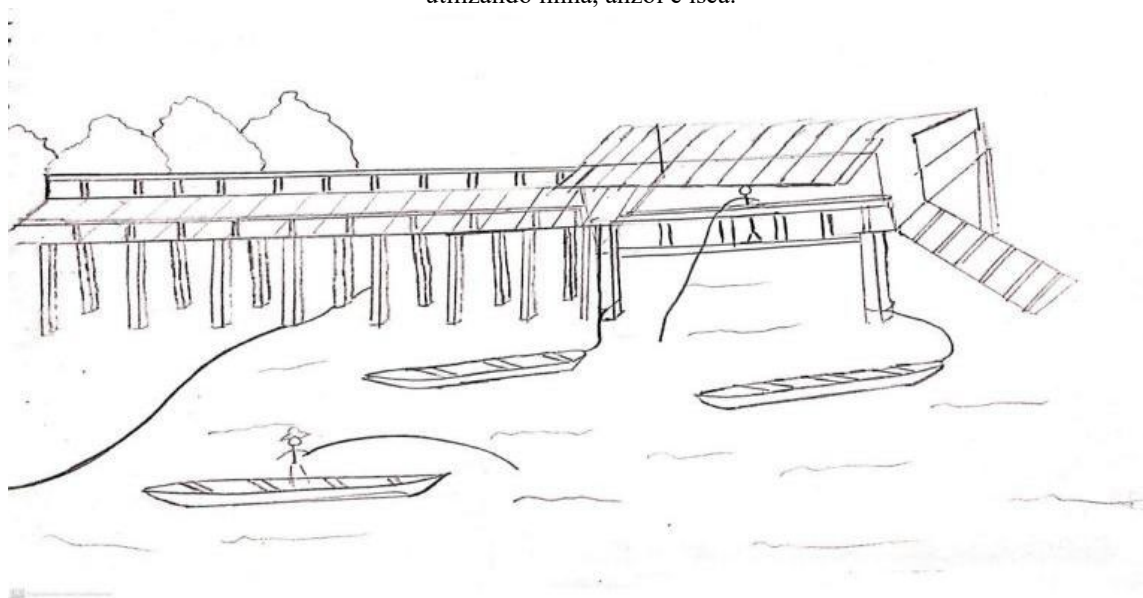


O ex-pescador nasceu em Pontas de Pedras, na Ilha do Marajó. O marajoara deixou a ilha fluviomarítima com o intuito de dar condições a seus filhos que precisavam de colégios mais estruturados e decidiu mudar para mais próximo da capital Belém. Escolheu o Cotijuba por estratégia, pois era pescador e a ilha fica a 10km, do distrito icoaraciense, o que lhe permite ter um contato direto com a zona urbana. Além disso, a abundância dos recursos naturais, a proximidade da capital, levaram o marajoara a residir na ilha. Há dois anos, a renda familiar dependia apenas da pesca e do único membro pescador da família. Atualmente, a renda da família é composta pelo benefício do idoso e do dinheiro ganho pelos filhos que trabalham nas embarcações da região pesqueira. O entrevistado disse que após a concessão do benefício resolveu deixar a pesca, pois ao passar anos trabalhando, adquiriu algumas doenças ao longo do processo e passou a ter dificuldades na pesca devido a idade. Quando pescava, recebia o Seguro Defeso (BRASIL, 2003) para complementar a renda quando não podia pescar em períodos de reprodução das espécies na região.

4. TERRITORIALIDADES: AMBIENTE, TÉCNICAS E ESPÉCIES.

A pescada (*Cynoscion leiarchus*) é o peixe mais capturado segundo um dos entrevistados e era o peixe com maior abundância nas “beiras” dos rios que correspondem as várzeas amazônicas e transições de manguezais. Uma das técnicas que ele utilizava com frequência, para capturar os peixes é a linha de mão, um dos instrumentos facilitador da pescaria na baía (Figuras 04 e 05). Na época de reprodução recebia o seguro defeso e trabalhava em outras atividades para complementar a renda.

Figura 4: Desenho ilustrativo de pescadores utilizando uma forma tradicional de pesca na Amazônia, a pesca utilizando linha, anzol e isca.

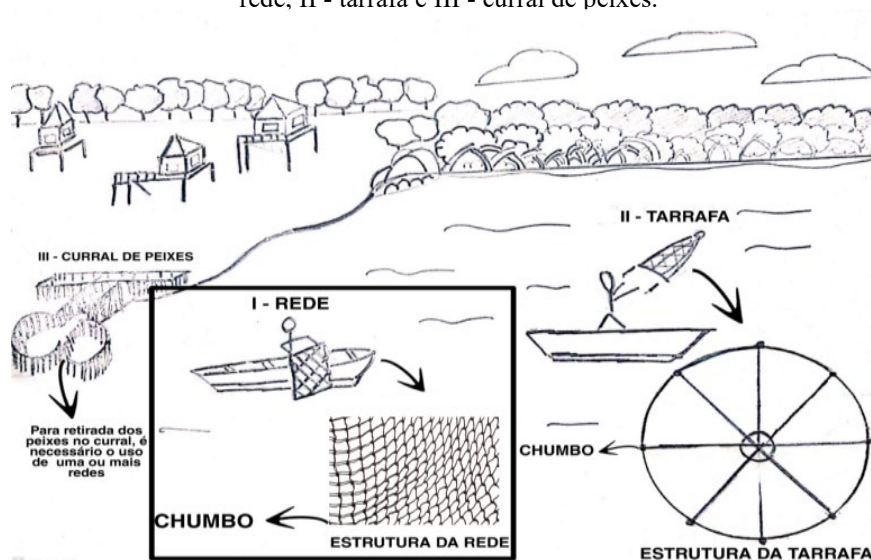


Fonte: Autoria própria (2022).



Outras formas de técnicas para captura do pescado na região é o curral, rede malhadeira, matapi (exclusivamente para camarão), tarrafa e a técnica de cercamento de igarapés (SILVA, 2016).

Figura 5: A imagem acima demonstra-se a utilização de várias formas de pescar em diferentes locais, como: I - rede, II - tarrafa e III - curral de peixes.



Fonte: Autoria própria (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade na pesca é comprovada, pois observou-se na análise que há uma relação de posse dos ambientes, mesmo que não reconhecido pelo poder público, esse espaço delimitado existe e deve ser respeitado, a fim de se evitar possíveis conflitos entre os atores da pesca (DA SILVA, 2016). Verifica-se que há acordos informais entre os próprios pescadores que permite perceber o desenvolvimento do processo da territorialidade a partir da relação de cada indivíduo ou grupo de indivíduos com os ambientes (várzeas, baía e transições de manguezais) e sua atuação prática por meio de técnicas, tecnologias e apetrechos, ordenando o espaço de acordo com suas necessidades para permanecer nele, segundo. O homem necessita e define seus espaços de moradia e convivência, formando territórios “socioeconômicos”, individuais, coletivos ou públicos, sendo este produto e reflexo da atuação dos indivíduos no ambiente e no uso dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acessado em: Mai. 2023.



SEABRA, A. C de S. Arqueologia da Arquitetura em uma Ilha Amazônica: o Educandário Dr. Nogueira de Faria. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 14, n. 1, p. 47-73, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.31239/vtg.v14i1.14869>>. Acessado em: Mai. 2023.

JOÃO, X. S. J. **Geodiversidade do estado do Pará**. Belém: CPRM, 2013.

PALHETA, J. M.; SILVA, C. N. (Org). **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. 1 edição - Belém: GAPTA/UFPA, 2011. 307p. Disponível em: <<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/134>>. Acessado em: Mai. 2023.

SILVA, C. N. da. *et al.* Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.2484>>. Acessado em: Mai. 2023.

SILVA, C. N. da. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Formação (online)**. v. 1, n. 15, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.33081/formacao.v1i15.740>>. Acessado em: Mai. 2023.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. Vozes, 2003.

SCIFONI, S. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.

QGIS Development Team. **QGIS Geographic Information System (versão 3.10)**. 2022. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>>. Acessado em: Mai. 2023.